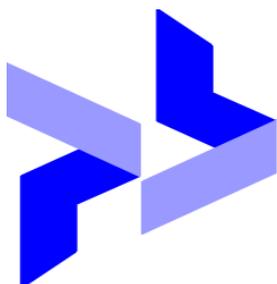


2012



**BEP - CAIXA DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL**

PREVBEP

**RELATÓRIO ANUAL
DE
INFORMAÇÕES**

Mensagem da Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da **BEP - Caixa de Previdência Social - PREVBEP**, apresenta a seus participantes, ativos e assistidos, pensionistas, autopatrocinados e patrocinador, em cumprimento às determinações estatutárias e em conformidade com as disposições da Resolução nº 23, de 06.12.2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, através deste relatório, uma síntese da gestão da entidade em 2012.

Entre as informações estão incluídos os resultados dos investimentos, o pagamento de benefícios, o parecer atuarial e o demonstrativo patrimonial.

Além de cumprimento às disposições legais, as informações apresentadas mostram a transparência em nossas relações com os Conselhos Deliberativo e Fiscal e Patrocinador.

Igualmente manifestamos nosso reconhecimento ao Senhor Heitor Siqueira d'Albuquerque, que no exercício do mandato de Diretor Superintendente, até junho/2012, de forma inequívoca contribuiu para o êxito das metas alcançadas.

Uma referência especial aos colaboradores internos e externos, importantes para os resultados obtidos.

A Diretoria

Missão

A essência está no planejar do bem estar de nossos participantes no futuro.

Visão Estratégica

Criar uma definição coletiva de sucesso em toda a Entidade.

Princípios

Credibilidade

Ética

Transparência

Diretoria Executiva

Antônio de Alencar Vieira

Diretor Superintendente e Financeiro

Ivo Felício Borges

Diretor de Seguridade e Administração

Conselho Deliberativo

Luiz Segundo de Carvalho

Presidente

Célio Augusto Machado

Membro

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho

Membro Efetivo Eleito

Getúlio Freitas

Membro Efetivo Eleito

Conselho Fiscal

João de Deus Vilarinho Barboza

Membro Efetivo Eleito - Presidente

Nildimar Ribeiro Soares

Membro Efetivo Eleito

Jomil da Silva Borges

Membro Representante do Patrocinador

Robert Stênio de Freitas Bandeira

Membro Representante do Patrocinador

APRESENTAÇÃO

O ano de 2012 foi marcado pela atuação conjunta entre Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva na solução de demandas proveniente das diversas áreas da Entidade.

▪ **Na área contábil:** em atendimento a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, que trata dos procedimentos contábeis, apresentamos neste relatório, o Balanço Patrimonial - BP, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrac o da Mutação dos Ativos Líquidos por Plano de Benefícios - DMAL PB, Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL PB, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) - DPGA, Demonstrac o das Obrigações Atuariais por Plano de Benefícios - DDAP, Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis - NE, Pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e dos Auditores Independentes e Relatório Resumo do Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações, relativo ao exercício de 2012

▪ **Mudanç s ocorridas nos Conselhos Deliberativo e Fiscal:** com renúncia do Presidente do Conselho Deliberativo, senhor Orcinilton Alves Coelho (ATA da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, de 28/06/2012), ficou responsável pela Presidência do Conselho Deliberativo, o Senhor Sérgio Luiz de Melo Campo até o final do exercício.

Conforme DIREF-2012/014958, de 28/11/2012, o Conselho Diretor do Banco do Brasil S. A., patrocinador do Plano BEP, atendendo o Estatuto Social da PREVBEP e a legislação em vigor, indicou os membros efetivos e suplentes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, inclusive, o Presidente do Conselho Deliberativo, senhor Luiz Segundo de Carvalho, todos do seu quadro ativo de funcionários, com mandato até 31/01/2015.

▪ **Mudanç s ocorridas na Diretoria Executiva:** Em atendimento as exigências previstas no inciso IV, do artigo 20, da Lei Complementar n  108, de 29/05/2001 (comprovação de formação acad mica), renunciou ao cargo de Diretor Superintendente o senhor Heitor Siqueira d'Albuquerque, e por se tratar de situação emergencial, foi nomeado o senhor Antônio de Alencar Vieira, que ocupar  o cargo cumulativamente ao de Diretor Financeiro (ATA da 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, de 31/05/2012).

▪ **Fiscalização ERPE/PREVIC:** Através do Ofício n  084/2012/ERPE/PREVIC, de 11/09/2012, fomos informados do início de Fiscalização pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, o que ocorreu em 17/09/2012. Os questionamentos advindos da fiscalização foram expressos no Relatório de Fiscalização n  10/2012/ERPE/PREVIC, de 16/11/2012, encaminhado através do Ofício n  111/2012/ERPE/PREVIC, inclusive, informando o encerramento da ação fiscal direta.

Via PREVBEP-2012/185, de 19/12/2012, no prazo estabelecido para tanto, em atendimento às conclusões inseridas no Relatório de Fiscalização, a Diretoria Executiva deu cumprimento a algumas das determinações, ao tempo em que solicitou prazos mais elásticos para atender as demais demandas.

A Diretoria

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas atingiram em 31.12.2012 a cifra de R\$ 92.787.733,43, com acréscimo da ordem de 11,82 % no exercício, conforme demonstrado a seguir:

Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

Valores - Em Reais

Discriminação	Exercícios		Variação (%)
	2012	2011	
ATIVO TOTAL	101.544.915,85	90.768.415,62	11,87
(-) EXIGIVEL OPERACIONAL	- 159.259,10	- 128.684,83	23,76
(-) Gestão Previdencial	- 39.403,48	- 2.311,92	1.604,36
(-) Gestão Administrativa	- 46.810,97	- 52.587,86	- 10,99
(-) Investimentos	- 73.044,65	- 73.785,05	- 1,00
(-) EXIGIVEL CONTINGENCIAL	- 8.373.854,26	- 7.462.739,62	12,21
(-) Programa Previdencial	- 8.373.854,26	- 7.462.739,62	12,21
(-) REALIZAVEL	- 210.841,04	- 180.271,26	16,96
(-) Gestão Previdencial	- 100.872,36	- 103.687,03	- 2,71
(-) Gestão Administrativa	- 109.968,68	- 76.584,23	43,59
(-) PERMANENTE	- 13.228,02	- 14.547,42	- 9,07
(-) Imobilizado	- 13.228,02	- 14.547,42	- 9,07
(=) TOTAL DOS RECURSOS	92.787.733,43	82.982.172,49	11,82

PATRIMONIO LÍQUIDO

Do ativo total, deduzem-se os valores comprometidos com outras obrigações que não as Reservas Matemáticas para identificar-se o Patrimônio Líquido, que é o valor destinado à cobertura das Reservas Matemáticas (Reservas de Benefícios Concedidos e a Conceder). No exercício de 2012, o Patrimônio Líquido teve acréscimo de 8,01%, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Patrimônio Líquido de Cobertura do Plano de Benefício

Valores - Em Reais

Discriminação	Exercícios		Variação (%)
	2012	2011	
ATIVO TOTAL	101.544.915,85	90.768.415,62	11,87
(-) EXIGIVEL OPERACIONAL	- 159.259,10	- 128.684,83	23,76
(-) FUNDOS	- 27.040.009,79	- 22.100.415,91	22,35
(-) Fundos Previdenciais	- 15.490.227,64	- 12.055.213,44	28,49
(-) Fundos Administrativos]	- 11.549.782,15	- 10.045.202,47	14,98
(-) EXIGIVEL CONTINGENCIAL	- 8.373.854,26	- 7.462.739,62	12,21
(-) Gestão Previdencial	- 8.373.854,26	- 7.462.739,62	12,21
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE COBERTURA DO PLANO DE BENEFÍCIO	65.971.792,70	61.076.575,26	8,01

O registro de R\$ 15.490.227,64 em Fundos Previdenciais acima demonstrado, é decorrente da recomendação da nossa assessoria atuarial, empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., para que fossem constituídos os fundos

destinados à Reserva Especial de Participantes e à Reserva Especial dos Patrocinadores, sendo 50% destinado aos participantes ativos e assistidos e os 50% restantes ao Patrocinador. A finalidade será a sua utilização na distribuição de superávit, cujos valores estão sendo revistos anualmente em atendimento às prescrições da Resolução nº 26, de 27/09/08, do extinto Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

O montante de R\$ 8.373.854,26, registrado no título contábil Exigível Contingencial é reservado à cobertura de demandas judiciais relacionadas com ações judiciais impetradas por aposentados da Entidade que reclamam da substituição da TR pelo INPC no reajuste anual dos benefícios contratados.

EXIGIVEL ATUARIAL

As Provisões Matemáticas, constituídas para atender aos compromissos dos Benefícios Concedidos e a Conceder tiveram acréscimos de 8,01%, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Exigível Atuarial

	Exercícios		Valores - Em Reais
	2012	2011	Varição (%)
	RESERVAS	52.777.434,16	48.861.260,21
Benefícios Concedidos	25.843.788,16	24.387.167,30	5,97
Benefícios a Conceder	26.933.646,00	24.474.092,91	10,05
(-) Reservas a Amortizar	0,00	0,00	0,00
Totais	52.777.434,16	48.861.260,21	8,01

EQUILIBRIO ATUARIAL

Em 31.12.2012, a PREVBEP apresentou, antes de qualquer destinação, um equilíbrio Técnico Superavitário de R\$ 28.684.586,18, que em relação ao valor do exercício anterior R\$ 24.270.528,49, obteve acréscimo de 18,19%. O mencionado superávit está assim distribuído:

- a) Reserva de Contingência - R\$ 13.194.358,54;
- b) Fundo Previdencial para Participantes e Assistidos - R\$ 7.745.113,82;
- c) Fundo Previdencial para o Patrocinador - R\$ 7.745.113,82

Equilíbrio Atuarial

Discriminação	Exercícios		Valores - Em Reais
	2012	2011	Varição (%)
	RESERVAS TÉCNICAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.971.792,70	61.076.575,26
(-) Reservas Matemáticas	- 52.777.434,16	- 48.861.260,21	8,01
(=) SUPERÁVIT TÉCNICO	- 13.194.358,54	- 12.215.315,05	8,01

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Os investimentos da entidade, no total de R\$ 101.097.744,99, na data base sob comentário experimentaram incremento da ordem de 12,23%, em relação ao ano anterior. O aumento é decorrente do resultado positivo dos investimentos.

Demonstrativo dos Investimentos

Valores - Em Reais

PASSIVO	Exercícios		Variação (%)
	2012	2011	
RENDA FIXA	99.737.772,66	89.115.533,91	11,92
Fundos Investimentos (multimercado)	99.737.772,66	89.115.533,91	11,92
RENDA VARIÁVEL	-		
Mercado de Ações	-		
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	983.559,65	627.550,18	56,73
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	376.412,68	340.647,68	10,50
TOTAIS DOS INVESTIMENTOS	101.097.744,99	90.083.731,77	12,23

O acréscimo expressivo nos investimentos imobiliários, demonstrado no quadro acima, decorreu da reavaliação feita nos imóveis de propriedade da Entidade no curso do exercício.

ESTRUTURA DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os quadros a seguir demonstram a composição das despesas administrativas ocorridas nas gestões previdencial e investimento e um quadro totalizador.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Valores - Em Reais

Discriminação	Gestão Previdencial				
	Exercícios				
	2012		2011		Variação (%)H
	Valor	%V	Valor	%V	
Pessoal e Encargos	179.370,53	36,60	164.661,26	34,26	8,93
- Conselheiros	28.302,92	5,78	24.756,08	5,15	14,33
- Dirigentes	104.379,08	21,30	101.142,48	21,04	3,20
- Pessoal Próprio	46.688,53	9,53	38.762,70	8,07	20,45
Treinamento/Congresso	426,64	0,09	3.342,60	0,70	- 87,24
Viagens e Estádias	4.911,50	1,00	11.052,17	2,30	- 55,56
Serviços de Terceiros	209.249,78	42,70	182.196,56	37,91	14,85
- Consult. Jurídica e Administrativa	49.731,85	10,15	36.171,67	7,53	37,49
- Consultoria Atuarial	55.578,06	11,34	52.390,05	10,90	6,09
- Consultoria Contábil	55.154,94	11,26	53.995,28	11,23	2,15
- Informática	26.466,25	5,40	26.909,90	5,60	- 1,65
- Auditoria Contábil	8.252,00	1,68	3.800,80	0,79	117,11
- Outras	14.066,68	2,87	8.928,86	1,86	57,54
Despesas Gerais	95.378,73	19,46	118.671,41	24,69	- 19,63
- Despesas com Tributos	61.733,34	12,60	43.011,66	8,95	43,53
- Suprimentos	3.747,37	0,76	6.215,43	1,29	- 39,71
- Diversas	29.898,02	6,10	29.864,25	6,21	0,11
- Eventuais			39.580,07	8,24	- 100,00
Depreciações / Amortizações	703,68	0,14	687,48	0,14	2,36
Total	490.040,86	100,00	480.611,48	100,00	1,96

Verifica-se que as Despesas Administrativas/Gestão de Investimentos, demonstradas no quadro a seguir, experimentaram uma redução de 52,54 % em relação ao ano anterior, decorrente da eliminação das Despesas de

Consultoria de Investimentos, atividade esta, que a partir de agosto de 2011, ficou a cargo da BBOTVM, subsidiária do Patrocinador da entidade, Banco do Brasil S. A., que passou a desempenhar as funções de Administradora responsável pela Gestão, Custódia, Controle e Processamento dos ativos integrantes da carteira do BB TERRA DO SOL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO. Os serviços de Distribuição, Tesouraria e Escrituração de cotas são exercidos pelo Banco do Brasil S A.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Valores - Em Reais

Discriminação	Gestão de Investimento				
	Exercícios				
	2012		2011		Variação (%)
	Valor	%V	Valor	%V	
Pessoal e Encargos	156.970,19	42,08	181.920,55	23,10	-13,71
. Conselheiros	24.768,36	6,64	27.350,80	3,47	-9,44
-Dirigentes	91.343,94	24,49	111.744,05	14,19	-18,26
-Pessoal Próprio	40.857,89	0,95	42.825,70	5,44	-4,59
Treinamento/Congresso	373,36	0,10	3.692,98	0,47	-89,89
Viagens e Estadias	4.298,13	1,15	12.210,64	1,55	-64,80
Serviços de Terceiros	127.259,22	34,12	508.849,49	64,62	-74,99
Consultoria Jurídica e Administrativa	43.521,18	11,67	39.963,22	5,07	8,90
Consultoria de Investimentos		-	364.565,41	46,29	-100,00
-Consultoria Contábil	48.267,05	12,94	59.650,72	7,57	-19,08
-Informática	23.161,06	6,21	29.730,70	3,78	-22,10
-Auditoria Contábil		-	4.199,20	0,53	-100,00
. Outras	12.309,93	3,30	10.740,24	1,36	14,62
Despesas Gerais	83.467,59	22,38	80.057,18	10,17	4,26
-Despesas com Tributos	54.023,92	14,48	47.520,13	6,03	13,69
-Suprimentos	3.279,37	,88	6.789,44	0,86	-51,70
-Diversas	26.164,30	7,01	23.147,11	2,94	13,03
-Eventuais	0	-	2.600,50	0,33	-100,00
Depreciações / Amortizações	615,72	0,17	759,49	0,10	-18,93
Total	372.984,21	100,00	787.490,33	100,00	-52,64

A redução das Despesas de Consultoria de Investimentos refletiu nas Despesas Administrativas Totais que experimentaram uma redução de 31,94% em relação ao ano anterior.

O custo administrativo de 2012, no montante de R\$ 863.025,07, representa 0,87% dos Recursos da entidade e situa-se abaixo do Limite de Cobertura das Despesas Administrativas, estabelecido no Item I, do artigo 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009,

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Valores - Em Reais

Discriminação	Totais				
	Exercícios				
	2012		2011		Variação
	Valor	%V	Valor	%V	(%)H
Pessoal e Encargos	336.340,72	38,97	346.581,81	27,33	- 2,95
. Conselheiros	53.071,28	6,15	52.106,88	4,11	1,85
. Dirigentes	195.723,02	22,68	212.886,53	16,79	- 8,06
. Pessoal Próprio	87.546,42	10,14	81.588,40	6,43	7,30
Treinamento/Congresso	800,00	0,09	7.035,58	0,55	- 88,63
Viagens e Estadias	9.209,63	1,07	23.262,81	1,83	- 60,41
Serviços de Terceiros	36.351,63	38,97	691.046,05	54,49	- 51,33
. Consultoria Jurídica e Administrativa	93.253,03	10,81	76.134,89	6,00	22,48
. Consultoria de Investimento			364.565,41		- 100,00
. Consultoria Atuarial	55.578,06	6,44	52.390,05	4,13	6,09
. Consultoria Contábil	103.421,99	11,98	113.646,00	8,96	- 9,00
. Informática	49.627,31	5,75	56.640,60	4,47	- 12,38
. Auditoria Contábil	8.252,00	0,96	8.000,00	0,63	3,15
. Outras	26.219,24	3,04	19.669,10	1,55	33,30
Despesas Gerais	179.003,69	20,74	198.728,59	15,67	- 9,93
. Despesas com Tributos	115.914,63	13,43	90.531,79	7,14	28,04
. Suprimentos	7.026,74	0,81	13.004,87	1,03	- 45,97
. Diversas	56.062,32	,50	53.011,36	4,18	5,76
. Eventuais	-	-	42.180,57	3,33	- 100,00
Depreciações / Amortizações	1.319,40	0,15	1.446,97	0,11	- 8,82
Total	863.025,07	100,00	1.268.101,81	100,00	- 31,94

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS COM PAGAMENTO BENEFÍCIOS

Em 2012 a PREVBEP pagou benefícios de renda continuada (suplementação de aposentadorias, pensões e auxílios-doença), no montante de R\$ 1.771.853,73, com acréscimo de 7,20% em relação ao ano anterior, acréscimo esse proveniente, basicamente, do ingresso de novos assistidos, conforme demonstra o quadro abaixo:

Demonstrativo das Despesas com Pagamento de Benefícios

Valores - Em Reais

Discriminação	Valores - Em Reais					Quantidades				
	2012		2011		Variação % H	2012		2011		Variação % H
	Valor	% V	Valor	% V		Um	% V	Um	% V	
Aposentadorias	1.565.082,31	88,33	1.418.537,44	85,59	10,33	101	74,26	96	71,11	5,21
Tempo se Serviços	1.386.775,60	78,26	1.260.915,30	76,08	9,98	85	62,50	79	58,52	7,59
Idade	18.061,42	1,02	13.960,29	0,84	29,38	4	2,94	4	2,96	-
Invalidez	160.245,29	9,04	143.661,83	8,67	11,54	12	8,82	13	9,63	- 7,69
Pensões	166.254,28	9,38	175.378,68	10,58	- 5,20	32	23,53	33	24,44	- 3,03
Auxílio Doença	40.517,14	2,29	58.938,75	3,56	- 31,26	3	2,21	2	1,48	50,00
Subtotais	1.771.853,73	99,99	1.652.854,85	99,73	7,20	136	100,00	131	97,04	3,82
Restit. Contribuições (Res. Poupança)		-	4.318,18	0,26	-100,00		-	3	2,22	100,00
Auxílio Natalidade		-	184,48	0,01	-100,00		-	1	0,74	100,00
Anulação Receitas (Exercício Anterior)	89,47	0,01			-		-		-	
TOTAIS	1.771.943,20	100,00	1.657.357,51	100,00	6,91	136	100,00	135	100,0	0,74

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Observa-se no quadro a seguir que as receitas recebidas, decorrentes de contribuições previdenciais tiveram incremento da ordem de 10,47%, em relação ao ano anterior. O aumento decorreu da melhoria salarial dos participantes ativos, conforme convenções coletivas de trabalho e por ganhos judiciais contra o patrocinador, que refletem diretamente no valor das contribuições devidas pelos participantes e patrocinador.

A Entidade encerrou o exercício de 2012 com o total de 191 participantes no Plano de Benefícios, sendo 36 em atividade no patrocinador, 19 Autofinanciados, 03 em auxílio doença, 101 aposentados e 32 pensionistas.

Composição das Receitas de Contribuições Recebidas

Discriminação	Valores - Em Reais					Quantidades				
	2012		2011		Variação % H	2012		2011		Variação % H
	Valor	% V	Valor	% V		Um	% V	Um	% V	
Ativos	190.865,51	36,6	159.424,36	33,9	19,72	37	19,3	36	18,6	2,78
Autofinanciadas	121.805,56	23,4	126.677,52	26,9	- 3,85	19	9,9	26	13,4	- 26,92
Assistidos	86.629,93	16,6	77.964,78	16,6	11,11	135	70,3	131	67,5	3,05
Patrocinador	120.554,59	23,1	106.526,29	22,6	13,17	1	0,5	1	0,5	-
Subtotal	519.855,59	99,7	470.592,95	100,0	10,47	192	100,0	194	100,0	- 1,03
Out. Rec. Correntes	1.581,00	0,3	150,27		952,11					
TOTAIS	521.436,59	100,0	470.743,22	100,0	10,77	192	100,0	194	100,0	- 1,03

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

A PREVBEP adota a política de conceder empréstimos simples aos Participantes e Assistidos obedecendo ao limite percentual de aplicação definido na Resolução nº 3.792, de 24/09/09, do Conselho Monetário Nacional e às normas internas da Entidade. No quadro a seguir é demonstrada a posição nas datas bases de final de ano.

Empréstimos Concedidos

Discriminação	Valores - Em Reais					Quantidades				
	2012		2011		Variação % H	2012		2011		Variação % H
	Valor	% V	Valor	% V		Um	% V	Um	% V	
Participantes	230.438,96	61,22	211.837,73	62,19	8,78	25	37,88	24	39,34	4,17
Assistidos	145.973,72	38,78	128.809,95	37,81	13,32	41	62,12	37	60,66	10,81
TOTAIS	376.412,68	100,00	340.647,68	100,00	10,50	66	100,00	61	100,00	14,98

ALTERAÇÕES ESTATUTARIAS E REGULAMENTARES

No ano de 2012 não houve alteração no Estatuto e Regulamento conforme estabelecido no artigo 30 da Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001. Com a incorporação do Banco do Estado do Piauí S.A. pelo Banco do Brasil S.A., ocorrida em 28.11.2008, este assumindo a condição de patrocinador da entidade, reencaminhamos em 09.07.2009, todos os processos de alteração regulamentar, de distribuição de superávit e convênios de adesão na forma de propostas, buscando, na alteração de regulamento, adequá-lo às Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29.05.2001, para anuência do patrocinador e simultâneo encaminhamento ao Departamento de Coordenação Controle e Governança.

No entanto, tem-se a informação de que os referidos processos foram aprovados pelo Conselho Diretor do Patrocinador, em 27/11/2012, protocolado no Ministério da Fazenda em 03/12/2012, sob nº 34122049, para manifestação STN/MF DF / Dest/Mpog, após o que será encaminhado a PREVBEP que o enviará à Superintendência

Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, para análise e aprovação conclusiva de todos os processos sob comentário (Instrução MPS/PREVIC/DC nº 04/2011, Inciso IV – b, Art. 21).

POLITICAS DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor no curso do exercício de 2012, teve sua aprovação em 28/12/2012 pelo Conselho Deliberativo da Entidade por proposição da Diretoria Executiva, que em sua elaboração, considerou os percentuais máximos do patrimônio para aplicação nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Empréstimos a Participantes e Imóveis, observados os limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional-CMN, bem como os níveis mínimos de rentabilidade a serem alcançados.

Os quadros a seguir, demonstram o Desempenho Acumulado das Carteiras de Investimentos, o Limite dos Investimentos, segundo o Regulamento anexo à mesma Resolução.

Observa-se que os investimentos do Plano de Benefícios da PREVBEP obtiveram no exercício rentabilidade de 11,93%, que se comparada com a meta atuarial de 5,30%, equivalente a juros reais de 5% ao ano mais a variação da TR, demonstra uma rentabilidade real de 6,63%. Os investimentos do Plano de Gestão Administrativa obtiveram uma rentabilidade anual de 14,90%, acima da meta atuarial em 9,60%. No quadro a seguir pode-se observar o resultado por segmento de aplicação.

Desempenho Acumulado das Carteiras de Investimentos Posição em 31/12/2012

Ativos	Composição		Rentabilidade Anual (%) [*]	Meta Atuarial TR + 5 % juros a.a	Divergência Não Planejada - DNP [*]
	Valores - R\$	% V			
Renda Fixa	99.737.772,66	98,65	12,52		
. Fundo Multimercado - Plano	88.366.481,64	87,41	11,46	5,30	6,16
. Fundo Multimercado - P G A	11.371.291,02	11,25	14,90	5,30	9,60
Renda Varável	-	-	-	-	-
Imóveis	983.559,65	0,97	71,25	5,30	65,95
Empréstimos a Participantes	376.412,68	0,37	17,98	5,30	12,68
Total dos Investimentos	101.097.744,99	100,00	-	-	-
CDI	-	-	8,40	-	-

(*) Dados extraídos do Demonstrativo da Divergência Não Planejada

Limite dos Investimentos (Conforme a Política de Investimento)

RESUMO DA POLITICA DE INVESTIMENTOS DE 2012 (Em cumprimento a Resolução CGPC n 23, de 06/12/2006).

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Nome	CPF	Cargo	Segmento
Antônio de Alencar Vieira	001.538.853 - 00	Diretor Superintendente e Financeiro	Plano de Benefícios

Índice de Referência e Taxa Mínima Atuarial		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/01/2012 a 31/12/2012	INPC	5 % a.a.

Segmento de Renda Fixa: O desempenho será comparado com o CDI;

Segmento de Renda Variável: Será utilizado como Benchmark o IBX; índice apenas ilustrativo, tendo em vista que os recursos encontram-se alocados em fundo exclusivo da Entidade, classificado como fundo multimercado.

Demais Segmentos: Serão comparados com a Meta Atuarial acima.

ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da PREVBEP são administrados de forma terceirizada e através de um único gestor contratado, a BBDTVM, subsidiária do nosso patrocinador Banco do Brasil. A gestão deve ser ativa, com atuação de todos os mercados admitidos pela legislação em vigor, buscando obter os retornos previstos na Política de Investimentos.

Apenas as gestões dos segmentos de empréstimos aos participantes e imóveis de propriedade da Entidade são feitas internamente pela administração da Entidade. Para contratação dos gestores de recursos são utilizados os seguintes critérios:

Descrição no processo de escolha de instituições financeiras pelos gestores: O processo de escolha é baseado na avaliação da tradição, experiência, confiança e solidez, submetidas a aprovação do comitê de crédito dos gestores de recursos;

Análise Qualitativa: Consiste na utilização de critérios rigorosos na seleção de administradores externos, objetivando um relacionamento consistente e transparente, em busca dos melhores resultados.

Análise Quantitativa: Consiste na análise estatística, retorno simples em relação ao parâmetro comparativo de performance, período, média mensal e anualizada, média geométrica, mínimo e máximo, risco e volatilidade histórica.

Alocação dos Recursos - Valores em %			
Segmentos	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	76,00	90,00	84,00
Renda Variável	10,00	24,00	16,00
Imóveis	0,70	8,00	1,00
Empréstimo e Financiamentos	0,50	15,00	1,00
Investimentos Estruturados	0,00	20,00	5,00
Investimentos no Exterior	0,00	10,00	2,00

Objetivos da Gestão de Alocação

A Gestão de Alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do Plano, através da superação da Meta Atuarial. O gestor poderá ser autorizado a praticar alocações táticas com a finalidade de superar o benchmark definido pela Política de Investimentos.

OBSERVAÇÃO: A Política de Investimentos na íntegra, através cópia impressa, poderá ser solicitada diretamente à PREVBEP.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

Ativo	Exercícios		Passivo	Exercícios	
	2012	2011		2012	2011
DISPONÍVEL	223	490	EXIGÍVEL OPERACIONAL	159	129
REALIZÁVEL	101.309	90.264	Gestão Previdencial	39	2
Gestão Previdencial	101	104	Gestão Administrativa	47	53
Gestão Administrativa	110	77	Investimentos	73	74
Investimentos	101.098	90.084	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	8.374	7.463
Fundos de Investimento	99.738	89.116	Gestão Previdencial	8.374	7.463
Invest. Imobiliários	984	628	PATRIMÔNIO SOCIAL	93.042	83.177
Empréstimos	376	341	Patrimônio de Cobertura do Plano	65.972	61.077
	376	341	Provisões Matemáticas	52.777	48.862
			Benefícios Concedidos	25.844	24.388
			Benefícios a Conceder	26.934	24.474
			Equilíbrio Técnico	13.194	12.215
PERMANENTE	13	15	Resultados Realizados	13.194	12.215
Imobilizado	13	15	Superávit Técnico Acumulado	13.194	12.215
			Fundos	27.040	22.100
			Fundos Previdenciais	15.490	12.055
			Fundos Administrativos	11.550	10.045
TOTAL DO ATIVO	101.545	90.768	TOTAL DO PASSIVO	101.545	90.768

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Valores em R\$ mil

Descrição	Exercícios		Variação (%)
	2012	2011	
A - PATRIMÔNIO SOCIAL - Início do Exercício	83.177	81.776	1,71
1 - Adições	13.443	6.118	119,72
(+) Contribuições Previdenciais	521	505	3,2
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.554	3.360	214,15
(+) Receitas Administrativas	888	1.185	(25,01)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.479	1.069	38,38
2 - Destinações	(3.608)	(4.717)	(23,51)
(-) Benefícios	(1.772)	(1.656)	7,02
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(973)	(1.481)	(34,30)
(-) Despesas Administrativas	(863)	(1.580)	(45,39)
3 - Acréscimos / Decréscimo Patrimônio Social (1 + 2)	9.835	1.401	602,02
(±) Provisões Matemáticas	3.916	5.611	(30,21)
(±) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	1.106	1.403	(21,14)
(±) Fundos Previdenciais	3.308	(6.286)	(152,62)
(±) Fundos Administrativos	1.505	673	123,46
B - Patrimônio Social (A + 3 + 4)	93.012	83.177	11,82

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LIQUIDO- DMAL - POR PLANO DE BENEFICIOS

Valores em R\$ mil

Descrição	Exercícios		Variação (%)
	2012	2011	
A - ATIVO LIQUIDO - Início do Exercício	73.132	72.404	1,00
1 - Adições	11.076	3.865	186,53
(+) Contribuições	521	505	3,22
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.554	3.360	214,15
2 - Destinações	(2.745)	(3.137)	(12,49)
(-) Benefícios	(1.772)	(1.656)	7,02
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(973)	(1.481)	(34,30)
3 - Acréscimos / Decréscimo Patrimônio Social (1 + 2)	8.330	728	1.044,85
(±) Provisões Matemáticas	3.916	5.611	(30,21)
(±) Fundos Previdenciais	3.308	(6.287)	(152,61)
(±) Superávit / Déficit Técnico do Exercício		1.403	(100,00)
B - ATIVO LIQUIDO - Final do Exercício (A + 3)	81.462	73.132	11,39
C - FUNDOS NÃO PREVIDENCIAL	11.550	10.045	14,98
(±)	11.550	10.045	14,98

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LIQUIDO POR PLANO DE BENEFICIOS

Valores em R\$ mil

Descrição	Exercícios		Variação (%)
	2012	2011	
1 - Ativos	101.498	90.716	11,89
Disponível	121	375	(67,70)
Recebível	11.651	10.149	14,80
Investimento	89.726	80.192	11,89
Fundos de Investimentos	88.366	79.224	11,54
Investimentos Imobiliários	984	628	56,73
Empréstimos	376	341	10,50
2 - Obrigações	8.486	7.539	12,57
Operacional	112	76	48,32
Contingencial	8.374	7.463	12,21
3 - Fundos Não Previdenciais	11.550	10.045	14,98
Fundos Administrativos	11.550	10.045	14,98
5 Ativo Liquido (1 - 2 - 3)	81.462	73.132	11,39
Provisões Matemáticas	52.777	48.861	8,01
Superávit / Déficit Técnico	13.194	12.215	9,01
Fundos Previdenciais	15.490	12.055	28,49

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (Consolidada)

Descrição	Exercícios		Valores em R\$ mil
	2012	2011	Variação (%)
A - Fundo Administrativo do Exercício Anterior	10.045	9.372	7,18
1 - Custeio da Gestão Administrativa	2.368	2.254	5,06
1.1.Receitas	2.369	2.254	5,06
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	888	1.177	(24,52)
Resultado Positivo dos Investimentos	1.479	1.069	38,38
Outras Receitas		8	(100,00)
2 - Despesas Administrativas	863	1.580	(45,39)
2.1.Administração Previdencial	490	481	1,96
Pessoal e Encargos	179	165	8,93
Treinamentos / Congressos e Seminários	0	3	(87,24)
Viagens e Estadias	5	11	(55,56)
Serviços de Terceiros	209	182	14,85
Despesas Gerais	95	119	(19,63)
Depreciações e Amortizações	1	1	2,36
2.2.Administração dos Investimentos	373	787	(62,64)
Pessoal e Encargos	157	182	(13,71)
Treinamentos / Congressos e Seminários	0	4	(100,00)
Viagens e Estadias	4	12	(64,80)
Serviços de Terceiros	127	509	(74,99)
Despesas Gerais	83	80	4,26
Depreciações e Amortizações	1	1	(18,93)
2.4.Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	312	(100,00)
4 - Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.505	673	123,46
5 -Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.505	673	123,46
B - Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5 + 6)	11.550	10.045	14,98

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUÁRIAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Descrição	Exercícios		Valores em R\$ mil
	2012	2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	65.972	61.077	8,01
1.Provisões Matemáticas	52.777	48.862	8,01
1.1.Benefícios Concedidos	25.844	24.388	5,97
Beneficio Definido	25.844	24.388	5,97
1.2.Beneficio a Conceder	26.934	24.474	10,05
Beneficio Definido	26.934	24.474	10,05
2.Equilíbrio Técnico	13.194	12.215	8,01
2.1.Resultados Realizados	13.194	12.215	8,01
Superávit Técnico Acumulado	13.194	12.215	8,01
Reserva de Contingência	13.194	12.215	8,01

Antônio de Alencar Vieira
Diretor Superintendente e Financeiro

Ivo Felício Borges
Diretor de Seguridade e Administração

José Antônio de Miranda Prattes
Tec. Contábil - CRC/RJ nº 067914/O T/RS-PI

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BEP – Caixa de Previdência Social – PREVBEP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regulamentada pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de Maio de 2011, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria MPAS nº3.582, de 11 de Outubro de 1985, obedecendo às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, através da Superintendência Nacional e Previdência Complementar – PREVIC. A Gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas segue as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade, suplementar os benefícios previdenciais a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, os funcionários do Banco do Brasil S/A, remanescente do extinto Banco do Estado do Piauí S/A – BEP, tais como:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Suplementação de abono anual;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação do auxílio-reclusão.

Participantes	Posição	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos	56	62
Aposentados	103	98
Pensionistas	32	33
Totais	191	103

Em 28 de Novembro de 2008, o Patrocinador BEP, foi incorporado pelo Banco do Brasil S/A, conforme consta no documento chamado “Protocolo e Justificação de Incorporação do BEP pelo Banco do Brasil S.A.”

2. PLANOS DE BENEFÍCIOS

Plano BEP – quando de sua constituição, a PREVBEP adotou a modalidade de Plano de Benefício Definido, que foi aprovado por meio da Portaria nº 3.582 de 11/10/1985. No curso do ano de 2011 e 2012, não houve alterações no Estatuto e Regulamento.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas para registro das operações das EFPCs, determinadas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e disciplinada pela Instrução Normativa - IN nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011.

4. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela PREVBEP para elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

4.1 Recursos Coletados/Receitas e Recursos Utilizados/Despesas

O resultado é apurado pelo regime de competência, o mesmo se aplicando aos rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada gestão.

4.2 Rateio das Despesas Administrativas

As Resoluções MPAS/CGPC nºs 28/2009 e 29/2009 estabelecem os critérios de rateio das despesas administrativas das Gestões Previdencial e de Investimentos, com a finalidade de destacar o custo real de cada gestão. O rateio do custeio administrativo foi elaborado de acordo com o percentual de despesas administrativas das Gestões Previdencial e de Investimentos.

4.3 Demonstrações Contábeis

I – Balanço Patrimonial

a). Disponível

Apresentado pelos valores de realização. Destina-se ao cumprimento de obrigações de curto prazo;

b). Realizável

São registrados os recursos a receber das gestões pelo regime de competência.

b.1) Gestão Previdencial e Administrativo

Encontram-se demonstrados pelos valores de realização dos ativos que os compõem, incluindo, quando aplicável, os rendimentos calculados pelo método "pro rata temporis" até 31/12/2012. (Vide Nota 5.1)

b.2) Investimentos

Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos em Garantia das Reservas Técnicas:

Valores em R\$ mil

Descrição	Posições	
	31/12/2012	31/12/2011
INVESTIMENTOS	101.098	90.084
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	99.738	89.116
MULTIMERCADOS	99.738	89.116
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	984	628
Aluguéis e Rendas Alocados a Terceiros	984	628
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	376	341
Empréstimos	394	363
(-) Provisão Para Liquidação Duvidosa	(18)	(23)

b.3) Renda Fixa

Os títulos constantes da carteira estão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, apurados pelo Agente Custodiante e contabilizados pelo valor de mercado em conformidade com seus prazos e taxas pactuados, conforme estabelece a Resolução CGPC nº. 04, de 30 de Janeiro de 2002, alterada pela Resolução nº 08, de 19 de Junho de 2002.

b.4) Renda Variável

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação média na data mais próxima à do balanço, na bolsa de valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o menor.

b.5) Investimento Imobiliário

Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os imóveis estão corrigidos monetariamente até 31 de Dezembro de 1995, de acordo com Ofício Circular nº 07/SPS/GAB, de 08 de Julho de 1996. Em 30 de setembro de 2012 houve a reavaliação dos imóveis sendo o resultado da avaliação positiva de R\$ 368 mil lançada na conta de resultado através do laudo nº 10426.0003.0019.01 emitido pela empresa Banco Nacional de Avaliações, Ltda.

Valores em R\$ mil

Descrição	Valores		Resultado da Reavaliação
	Contábil	Reavaliado	
Edificações Para Renda	620	988	368
Imóvel Coelho Rodrigues, 1573 – Teresina – Piauí.	386	744	358
Imóvel Coelho Rodrigues, 1573 – Teresina – Piauí	234	244	10

b.6) Operações com Participantes

Sob este título estão registrados os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, nos termos das normas internas da Entidade, contabilizados pelo valor original acrescidos dos encargos contratuais e, auferidos até a data do balanço e deduzidos das amortizações mensais.

Para os empréstimos com inadimplência existe a respectiva provisão no valor de R\$ 18.004,96, correspondente ao percentual de 100% do saldo devedor considerado de liquidação duvidosa, conforme determina o inciso II – Procedimentos Operacionais, item II, do Anexo da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24.09.2009.

c) Critério para Registro e Avaliação de Títulos e Valores Mobiliários

Em atendimento à Resolução CGPC nº. 4, de 30 de Janeiro de 2002, alterada pela Resolução nº. 08, de 19 de Junho de 2002, os títulos e valores mobiliários que compõem os investimentos da entidade em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão classificados como Títulos para negociação, ou seja, foram adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais estão avaliados ao valor de mercado.

d) Ativo Permanente

Valores em R\$ mil

Permanente	Taxa Anual Depreciação (%)	2012		Valor Líquido	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	2012	2011
Móveis e Utensílios	10	3	(1)	2	2
Máquinas e Equipamentos	10	16	(8)	8	8
Direito Uso do Telefone		1		1	1
Computadores e Periféricos	20	33	(30)	2	3
Total Imobilizado		54	(39)	13	15

Corrigido monetariamente até 31 de Dezembro de 1995, de acordo com Ofício Circular nº 07/SPC/GAB, de 08 de Julho de 1996 e diminuída da depreciação acumulada.

e) Exigível Operacional

Demonstrado pelos valores reconhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até 31 de Dezembro de 2012. (Complementada na Nota 5.1)

f) Exigível Contingencial

A PREVBEP é parte passiva em 88 processos nas esferas cível e trabalhista, envolvendo beneficiários em suplementação de aposentadorias e 01 processo ativo na área cível, relativo a empréstimo não liquidado por

participante da Entidade. Dos beneficiários em suplementação de aposentadoria 16 processos reclamam a substituição da TR pelo INPC nos reajustes anuais dos benefícios, 58 tratam do pedido de Auxílio Alimentação, envolvendo o patrocinador – Banco do Brasil S.A – e esta Entidade solidariamente, os 14 processos restantes desta contagem, de naturezas diversas, foram excluídos, por “trânsito em julgado” ou outras razões.

Embasada em parecer jurídico, que sentenciou a expectativa de insucessos nas ações em curso, relacionadas com a substituição da TR pelo INPC, nos reajustes anuais dos benefícios, decidiu a Entidade pela constituição de Exigível Contingencial no montante atualizado de R\$ 8.374 mil, equivalente aos depósitos recursais no valor de R\$ 29 mil, aos encargos de períodos passados no valor de R\$ 404 mil e diferenças para o futuro de R\$ 7.941 mil, registrado no balanço de 31/12/2012, conforme parecer atuarial e o demonstrado no quadro seguinte.

DEMONSTRATIVO DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Valores em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Exigível Contingencial	8.374	7.463
Processos Judiciais	29	29
Perdas Judiciais (Diferenças de Períodos Passados)	404	429
Perdas Judiciais (Diferenças Para Futuro)	7.941	7.005

A variação ocorrida entre os dois exercícios, reflete, principalmente, os juros e a correção monetária ocorridos durante o ano de 2012. Maiores esclarecimentos vide nota 4.7.

g) Exigível Atuarial

Foi utilizado para cálculo das Provisões Matemáticas e demais obrigações atuariais, para o mês de Dezembro/2012 o método de recorrência atuarial e financeira fundamentado em Laudo Técnico específico, emitido através do expediente MIRADOR 073/2013, de 22/01/2013 da Empresa MIRADOR Assessoria Atuarial – Atuário Giancarlo Giacomini Germany MIBA 1.020.

g.1) Provisões Matemáticas

Correspondem em 31 de Dezembro de 2012 ao montante de R\$ 52.777 mil, sendo que os Benefícios Concedidos – PMBC foram R\$ 25.844 mil e os Benefícios a Conceder – PMBaC foram de R\$ 26.933 mil.

g.2) Obrigações do Passivo Atuarial

As Provisões Matemáticas, no montante anteriormente mencionado, estão totalmente cobertas pelo Ativo Líquido do Plano de Benefícios que, em 31 de Dezembro de 2012, atingiu o montante de R\$ 65.972 mil.

g.3) Demonstrativo do Ativo Líquido

Descrição	Valores em R\$ mil	
	Posições	
	31/12/2012	31/12/2011
Composição do Ativo líquido	65.972	61.077
ATIVO	101.545	90.768
EXIGIVEL OPERACIONAL	(159)	(129)
EXIGIVEL CONTINGENCIAL	(8.374)	(7.463)
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	(11.550)	(10.045)
FUNDOS PREVIDENCIAIS	(15.490)	(12.055)
Reserva Especial - Participantes	(7.745)	(6.028)
Reserva Especial - - Patrocinador	(7.745)	(6.028)
SUPERAVIT	13.194	12.215
Reservas de Contingência	13.194	12.215

g.4) Demonstrativo da Composição Consolidada das Provisões Matemáticas

Descrição	Valores em R\$ mil	
	Posições	
	31/12/2012	31/12/2011
PROVISÕES MATEMÁTICAS	52.777	48.861
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	25.844	24.387
BD ESTRUTURA REGIME CAPITALIZAÇÃO	25.844	24.387
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	20.739	19.138
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	5.105	5.249
BENEFÍCIOS A CONCEDER	26.934	24.474
BD ESTRUTURA REGIME CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	26.236	23.782
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	27.453	24.946
(-) Valor Atual das Contribuições Futuros Patrocinador	(609)	(582)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuros Participantes	(609)	(582)
BD ESTRUTURA REGIME CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	698	692
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	737	734
(-) Valor Atual das Contribuições Futuros Patrocinador	(20)	(21)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuros Participantes	(20)	(21)

g.5) Os Benefícios a Conceder Representam:

Benefícios do plano com a geração atual – valor atual dos benefícios a serem concedidos aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando do recebimento dos referidos benefícios.

Outras contribuições da geração atual – valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelo patrocinador e pelos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes, bem como as contribuições a serem recolhidas tanto pelos integrantes da geração

atual durante o período de percepção do benefício, quanto pelo patrocinador sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses participantes.

h) Reservas e Fundos

h.1) Fundo Previdencial

Conforme parecer da assessoria atuarial, empresa MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL, através do seu Relatório anual de Avaliação Atuarial, em função do nível do Superávit Técnico apurado no Plano, para atendimento à Resolução MPAS/CGPC nº 26/2008, o valor do superávit acima de 25% do total das Reservas Matemáticas encontra-se registrado contabilmente na conta de Fundos Previdenciais-Reserva Especial Participantes e Reserva Especial Patrocinador, totalizando R\$ 13.194 mil em 31 de dezembro de 2012.

Estes Fundos Previdenciais estão sendo revistos anualmente, quando da apuração do resultado do Plano, atendendo às disposições apresentadas pela Resolução CGPC nº 26/2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado.

h.2) Fundo Administrativo

O Fundo é constituído/revertido mensalmente com as sobras/insuficiências da gestão administrativa, após a transferência da sobrecarga, do custeio e da rentabilidade positiva dos recursos aplicados.

O fundo foi constituído de acordo com as orientações da Resolução MPAS/CGPC nº 28, de 26.01.2009, e para maior garantia dos compromissos da Entidade, encontra-se totalmente coberto pela parcela do Patrimônio Líquido a ele destinada, que em 31 de Dezembro de 2012 atingiu o total de R\$ 11.550 mil.

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Esse demonstrativo apresenta as adições e destinações consolidadas dos Planos de Benefícios, da Gestão Administrativa e de Investimentos.

Adições - As variações desse demonstrativo em 2012 mais significativas foram em relação a rentabilidade dos investimentos (Acima 214,15% em relação a 2011), que refletiram os resgates dos Títulos Públicos e Ações redirecionados para Fundos Exclusivos. As receitas administrativas foram reduzidas em 2012 (Abaixo em 25,01% em relação a 2011), devido a não escrituração da transferência de recursos para o plano, compensada pelo repasse do Fundo de Custeio Previdencial.

Destinações - As aplicações em Fundos Exclusivos ocasionaram também uma diminuição de 74,99% das despesas de serviç os de terceiros.

III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Esse demonstrativo apresenta as variações da Mutação por Plano de Benefícios, sem a participação do Plano de Gestão Administrativa - PGA. Esse demonstrativo representa a variação do Ativo Líquido apresentado no início e no final do exercício representando o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano acrescido do Fundo Previdencial.

IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

O demonstrativo do Ativo Líquido por plano apresenta a destinação e aplicações dos recursos do plano diminuída das suas obrigações. As variações de cada conta patrimonial estão em consonância com a Política de investimento da entidade, a qual é aprovada e acompanhada anualmente. A principal variação desse demonstrativo esta nos

investimentos imobiliários que ficaram 56,73% acima do exercício de 2011 devido a avaliação dos imóveis ocorrida em outubro de 2012.

V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – PGA apresenta, através das contas de resultado, toda a movimentação da Gestão Administrativa da Entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composição dos Gastos Administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo. A maior variação desse demonstrativo está no custeio e nas despesas de administração dos investimentos, as quais sofreram uma redução em consequência da não transferência de recursos para o Plano de Benefícios.

VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios

Apresenta o Patrimônio de Cobertura do Plano na composição Atuarial, de acordo com o DA (Demonstrativo Atuarial) emitido pelo Atuário responsável conforme descrito na (nota 4.3-g4)

4.4. Critérios Utilizados para Fechamento Mensal do Balancete

Gestão Previdencial

Esta gestão recebe contribuições e valores transferidos da gestão de investimentos, relativos ao resultado das aplicações dos recursos disponíveis do plano de benefícios e destina recursos no pagamento de benefícios.

Gestão Administrativa

Esta gestão recebe valores transferidos da gestão de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo e o custeio dos investimentos para cobertura das despesas administrativas da gestão do Plano de Gestão Administrativa.

Gestão de Investimentos

As receitas líquidas dos investimentos mensais são transferidas para a gestão previdencial e administrativa, de acordo com os recursos de cada gestão.

O fechamento mensal do balancete decorre da totalidade do saldo líquido positivo das aplicações da gestão de investimentos, remanescente à remuneração dos fundos, para a gestão previdencial.

A remuneração dos fundos administrativos e de investimentos tem como base a proporcionalidade dos recursos investidos de cada gestão.

4.5. Custeio Administrativo

De acordo com a Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, as fontes de custeio estão determinadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, conforme Resolução nº 28, de 26 de janeiro de 2009, toda a escrituração administrativa está separada do Plano de Benefícios.

As despesas administrativas registradas no Plano de Gestão Administrativa – PGA, estão classificadas em Gestão Previdencial e Investimentos.

4.6. Rateio das Despesas Administrativas

O custeio administrativo comum às duas gestões administrativas, previdencial e investimentos, é rateado de acordo com percentuais de alocação tecnicamente definidos e aprovados pela Diretoria Executiva. O rateio de custeio administrativo foi elaborado de acordo com o critério técnico de participação do grupo de trabalho em cada gestão: 53,33% para as despesas com a gestão previdencial e 46,67% para os gastos com a gestão de investimentos.

4.7. Contingências

Ativo Contingencial – A **PREVBEP** é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), relativamente ao FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e à União Federal, que objetivam o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - DFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), ao invés do BTN (Bônus do Tesouro Nacional), correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28/09/2008, não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução), e à luz da Resolução CFC 1.180/09, a Entidade está apenas mencionando a existência de um ativo contingente, sendo que o registro contábil somente será efetivado quando estiver comprovada a entrada efetiva dos benefícios econômicos.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

5.1. Realizável e Exigível Operacional

Descrição	Exercícios		Descrição	Exercícios	
	2012	2011		2012	2011
REALIZAVEL	211	181	EXIGÍVEL OPERACIONAL	159	76
GESTÃO PREVIDENCIAL	101	103	GESTÃO PREVIDENCIAL	39	2
Contribuições a Receber	72	74	Retenções a Receber	2	2
Depósitos Judiciais/Recursais	29	29	Custeio Administrativo	37	
GESTÃO ADMINISTRATIVA	110	78	GESTÃO ADMINISTRATIVA	47	53
Contribuições para Custeio	73	73	Contas a Pagar	43	47
Despesas Antecipadas		1	Retenções a Recolher	4	6
Outros Realizáveis	37	4	INVESTIMENTOS	73	74
			Obrigações Investimentos	0	1
			Custeio Administrativo de Investimentos	73	73

Outros Realizáveis – São valores bloqueados pela justiça do trabalho da conta corrente do Plano de Gestão Administrativa de processos referente ao Plano os quais o plano ficou devendo em 2012 ao PGA.

6. OUTROS FATOS RELEVANTES

No final do exercício de 2012 foram publicadas as Resoluções MPS/CNPC nº 9 e MPS/CNPC nº 10 divulgadas respectivamente nos dias 29/11/2012 e 19/12/2012. Essas Resoluções entrarão em vigor no exercício de 2013 – quando

a taxa de desconto começa a cair 0,25% ao ano, saindo de 6% em 2012, para chegar a 4,5% em 2018. As alterações graduais nas taxas de descontos deverão estar respaldadas por estudos técnicos e planejamento atuarial.

Teresina (PI), 31 de dezembro de 2012

Antônio de Alencar Vieira
Diretor Superintendente e Financeiro

Ivo Felício Borges
Diretor de Segurança e Administração

José Antônio de Miranda Prattes
Tec. Contábil – CRC/RJ nº 067914/0 T/RS-PI

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BEP - Caixa de Previdência Social - PREVBEP, em atendimento à Resolução do MPS/CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar-CNPC nº 01, de 03 de março de 2011, à Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e no uso das atribuições que lhe confere o Art. 47 do Estatuto da entidade, após minucioso exame das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31.12.2012, levando em consideração os Pareceres do Atuário responsável pelo Plano de Benefícios e dos Auditores Independentes, é de parecer que as peças examinadas traduzem fielmente a situação financeira e patrimonial da PREVBEP, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Teresina(PI), 22 de março de 2013.

João de Deus Vilarinho Barboza
Presidente

Nildimar Ribeiro Soares
Membro

Jamil da Silva Borges
Membro

Robert Stênio de Freitas Bandeira
Membro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da BEP – Caixa de Previdência Social – PREVBEP, reunido em sessão realizada nesta data, consoante ao que estabelece a Resolução do MPS/CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar-CNPC nº 01, de 03 de março de 2011, a Instrução/MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, após exame detalhado das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.2012, levando em consideração os Pareceres do Atuário responsável pelo Plano de Benefícios, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Entidade, resolveu, por unanimidade, aprovar as peças examinadas, por traduzirem adequadamente a situação financeira e patrimonial da PREVBEP. Para concluir, ficou determinado que a Diretoria Executiva, observe o prescrito nos artigos 4º e 5º, incisos I a IV, e ainda, nos artigos 7º, 8º e 9º, das Disposições Gerais, da Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006.

Teresina(Pi), 22 de março de 2013

Luiz Segundo de Carvalho
Presidente

Célio Augusto Machado
Membro

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
Membro

Gétulio de Freitas Silva
Membro

PARECER ATUARIAL

MIRADOR 253/2013

Porto Alegre, 07 de março de 2013.

Ilmo. Sr.
Antonio de Alencar Vieira
MD. Diretor Superintendente da
PREVBEP

Prezado Senhor,

Apresentamos, a seguir, o Parecer Atuarial do Plano BEP, em conformidade com os resultados da avaliação atuarial de 31/12/2012.

PARECER ATUARIAL – PLANO BEP

O plano analisado possui característica de Benefício Definido, oferecido ao grupo de funcionários do patrocinador, remanescentes do extinto Banco do Estado do Piauí S.A., vinculados ao regime celetista. Foi iniciado em novembro de 1985, continuando aberto a novos ingressos de participantes.

1) ESTATÍSTICAS

Este plano previdenciário, estruturado na modalidade de benefício definido, possui 58 participantes ativos, 101 aposentados e 34 pensionistas. A idade média dos participantes ativos é igual a 53 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal é igual a 5 anos. Com base na tábua de mortalidade geral AT-2000, a expectativa média de vida do participante ativo, ao se aposentar, é igual a 25 anos.

Os participantes aposentados sem ser por invalidez, com idade média de 64 anos, apresentam uma expectativa média de vida de 20 anos. Ponderando com a expectativa de vida dos aposentados inválidos (16 anos considerando a tábua WINKLEVOSS para a idade média de 58 anos), estabelece uma expectativa de vida para o grupo de 19 anos.

2) HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

Para projeção do passivo previdenciário do plano da PREVBEP, as premissas foram readequadas no ano de 2009 para atendimento da Resolução CGPC Nº 26/2008 (em função do Superávit Técnico existente no plano), sendo utilizada a tábua AT-2000 e a taxa de juros atuarial de 5% ao ano.

Cabe salientar que a tábua de mortalidade geral (AT-2000), a taxa real de juros (5% ao ano) e a rotatividade (nula), bem como os regimes financeiros e os métodos de financiamento, atendem aos requisitos previstos na Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

3) APROVEITAMENTO DO SUPERÁVIT TÉCNICO

Em virtude de sucessivos resultados superavitários do plano, está em andamento um processo de alteração de regulamento e aproveitamento do Superávit Técnico na PREVBEP. Conforme depreende a Resolução CGPC Nº 26/2008, o resultado superavitário acima de 25% das Reservas Matemáticas será empregado na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios, após adequação das premissas para tábua de mortalidade geral AT2000 e taxa de juros (taxa de desconto atuarial) de 5% ao ano.

Assim, os resultados identificados na posição de 31/12/2012 foram os seguintes:

a) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	R\$ 25.843.788,16
b) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	R\$ 26.933.646,00
c) Provisão Matemática Total (a + b)	R\$ 52.777.434,16
d) Ativo Líquido do Plano*	R\$ 81.462.020,34
e) Resultado Técnico (d - c)	R\$ 28.684.586,18
Reserva de Contingência	R\$ 13.194.358,54
Reserva para ajustes do plano	R\$ 15.490.227,64

* Ativo Líquido antes da alocação do superávit ao Fundo Previdencial

O valor do Superávit acima de 25% do total das Reservas Matemáticas, denominado Reserva para Ajustes do Plano, foi alocado em Fundos Previdenciais específicos para Revisão deste Plano de Benefícios, sendo alocado 50% para um Fundo Previdencial aos Patrocinadores (R\$ 7.745.113,82) e os restantes 50% para um Fundo Previdencial aos participantes e assistidos (R\$ 7.745.113,82), anulando o valor desta conta contábil.

4) EXIGÍVEL ATUARIAL, RESERVAS E FUNDOS

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos mencionados neste Parecer e o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012, certificamos que o total do Ativo de R\$ 101.498.104,88, descontado do total das Provisões Matemáticas de R\$ 52.777.434,16, dos Exigíveis Operacional (de R\$ 112.448,13) e Contingencial (de R\$ 8.373.854,26) e dos Fundos Administrativo (de R\$ 11.549.782,15) e Previdencial (de R\$ 15.490.227,64), resulta no Superávit Técnico de R\$ 13.194.358,54 (equivalente a 20,00% do Ativo Líquido de R\$ 65.971.792,70).

5) RENTABILIDADE

O resultado líquido das aplicações financeiras ao longo do ano de 2012 atingiu uma rentabilidade de 11,9276%, conforme demonstrativo da Divergência Não Planejada - DNP repassado pela Entidade, que se comparada com a meta atuarial de

5,3042% (equivalente a juros reais de 5% ao ano acrescido da variação da TR de janeiro/2012 a dezembro/2012), demonstra uma rentabilidade real positiva de 6,6234% acima da meta atuarial.

6) PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio a partir de 01 de janeiro de 2013 será o seguinte:

- Participantes:** Percentual sobre o Salário de Participação (SP), em função da idade de ingresso no plano: 1,2% aos 18 anos, incrementando-se em 0,04% por idade, até a idade de 48 anos; mais 1,6% sobre o excesso do Salário de Participação em relação à metade do teto do salário de benefício do INSS; mais 5,6% sobre o excesso do Salário de Participação em relação ao teto do salário de benefício do INSS, até o limite regulamentar.
- Assistidos:** 6,0% sobre o valor da suplementação paga pelo plano para aqueles aposentados com 30 ou mais anos de serviço até a aposentadoria.
- Patrocinadora:** Percentuais de contribuição paritários aos dos participantes ativos.
- Custeio Administrativo:** A Entidade utilizará como fonte de custeio para a cobertura das despesas administrativas do Plano BEP a Fonte do Resultado dos Investimentos.
- Importante:** Tendo em vista a possibilidade de utilização de parcela do Superávit Técnico para readequação das contribuições de participantes, assistidos e Patrocinadores, sugerimos a manutenção das alíquotas vigentes até a definição dos novos patamares contributivos, que estão sendo discutidos com Patrocinadora e Participantes.

7) CONCLUSÕES

O resultado apurado apresentou Superávit Técnico de R\$ 28.684.586,18. Em função do nível do Superávit Técnico apurado no plano, o valor do superávit acima de 25% do total das Reservas Matemáticas foi aberto em Fundos Previdenciais específicos para Revisão deste Plano de Benefícios, estando em análise pelo Patrocinador e seus órgãos de fiscalização a forma de sua utilização e de adequação regulamentar.

Os dados cadastrais utilizados na avaliação atuarial foram submetidos a testes de consistência e, após ajustes e validações da Entidade, considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da PREVBEP, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Colocamo-nos ao inteiro dispor para maiores esclarecimentos e aproveitamos para renovar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Giancarlo Giacomini Germany
Atuário M.I.B.A. 1.020

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores da

BEP - Caixa de Previdência Social - PREVBEP

Examinamos as demonstrações contábeis da **BEP - Caixa de Previdência Social - PREVBEP** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BEP - Caixa de Previdência Social - PREVBEP** em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfase – Adequação às Leis Complementares de números 108 e 109/2001 e distribuição do superávit

Sem modificar nossa opinião, registramos que a Entidade não adequou o regulamento do plano de benefícios por ela administrado às Leis Complementares de números 108 e 109/2001, assim como não procedeu à revisão do plano após a constituição de reserva especial por mais de três anos, deixando de realizar a distribuição do superávit gerado.

Os valores finais dessas obrigações podem variar, materialmente, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

Eventuais ajustes não quantificáveis neste momento, serão refletidos nas demonstrações contábeis da Entidade, nos períodos em que as informações adicionais estejam disponíveis. A expectativa da gestão da Entidade é de regularizar as referidas pendências no decorrer do exercício de 2013, se adequando às referidas Leis Complementares.

Teresina-PI, 08 de março de 2013.

ARC & ASSOCIADOS

Auditores Independentes S/S

CRC-PE-000355/0 - "S" - PI

Antônio Teodoro Gomes da Silva Filho

Contador CRC- PE-005809/0-2 "S"- PI



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE PE

Certidão n.º: PE/2012/00023029

Nome: ANTONIO TEODORO GOMES DA SILVA FILHO CPF: 042.367.344-00

CRC/UF n.º PE-005809/0 Categoria: CONTADOR

Validade: 19.03.2013

Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório Resumo das Informações do Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações
Exercício 2012

I. TOTAL DOS INVESTIMENTOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – BD				PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA- PGA				Totais			
	Posições											
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%
Fundo de Investimentos	88.366.481,64	98,5	79.223.865,73	98,8	11.371.291,02	100,0	9.891.668,18	100,0	99.737.772,66	99	89.115.533,91	98,9
Renda Variável		-		-				-	-	-	-	
Imóveis	983.559,65	1,1	627.550,18	0,8				-	983.559,65	1	627.550,18	0,7
Empréstimos	376.412,68	0,4	340.647,68	0,4				-	376.412,68	0	340.647,68	0,4
Valores a Receber									-		-	
Valores a Pagar									-		-	
TOTAL	89.726.453,97	100,0	80.192.063,59	100,0	11.371.291,02	100,0	9.891.668,18	100,0	101.097.744,99	100	90.083.731,77	100,0

2. LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS EM 31/12/2012:

2.1. Fundo de Investimento Multimercado

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	Plano de Benefício Definido – BD		PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA-PGA		Totais	
	Valor - R\$	Gestor	Valor - R\$	Gestor	Valor - R\$	Gestor
Instituições Financeiras	88.366.481,64		11.371.291,02		99.737.772,66	
Cotas de FIF	88.366.481,64		11.371.291,02		99.737.772,66	
Fundo BB Terra do Sol	88.366.481,64	BB DTVM	11.371.291,02	BB DTVM	99.737.772,66	BB DTVM
Total FI Multimercados	88.366.481,64		11.371.291,02		99.737.772,66	

2.2 - Investimentos Imobiliários

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	Pl. Benef. Definido – BD	Pl. Gestão Administrat. PGA	Totais
	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
Edificações Locadas a Terceiros			
. Rua Coelho Rodrigues 1390, Teresina	243.864,71	0	243.864,71
. Rua Coelho Rodrigues 1573, Teresina	739.694,94	0	739.694,94
Total dos Investimentos Imobiliários	983.559,65	0	983.559,65

2.3 - Empréstimos aos Participantes

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	Pl. Benef. Definido – BD	Pl. Gestão Administrat. PGA	Totais
	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
Empréstimos Simples	376.412,68		376.412,68
Total dos Empréstimos a Participantes	376.412,68		376.412,68

2.4-Total dos Investimentos

Descrição	Pl. Benef. Definido – BD	Pl. Gestão Administrat. PGA	Totais
	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
Total da Listagem dos Investimentos	89.726.453,97	11.371.291,02	101.097.744,99
Valores a Receber			
Valores a Pagar			
Total dos Investimentos	89.726.453,97	11.371.291,02	101.097.744,99

3. Distribuição dos Investimentos Gestão Terceirizadas

Gestor	Pl. Benef. Definido - BD	Pl. Gestão Administ. PGA	Totais
	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
Banco do Brasil - BB/DTVM	88.366.481,64	11.371.291,02	99.737.772,66
Total da Gestão Terceirizada	88.366.481,64	11.371.291,02	99.737.772,66
Total dos Investimentos	88.366.481,64	11.371.291,02	99.737.772,66

4. Rentabilidade por Segmento de Aplicação

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	Pl. Benef. Definido - BD		Pl. Gestão Administ. PGA	
	Acumulado		Acumulado	
	2012	2011	2012	2011
Plano	11,9275	4,3893	14,9043	10,6066
Renda Fixa	11,4600	10,7882	14,9043	10,6066
Renda Variável		- 7,4970		
Empréstimos a Participantes	17,9841	13,2240		
Imóveis	71,2460	9,1740		
Meta Atuarial	5,3042	6,2659	5,3042	6,2659
CDI	8,3969	11,5945	8,3969	11,5945

5. Divergência não Planejada

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	Pl. Benef. Definido - BD		Pl. Gestão Administ. PGA	
	Acumulado		Acumulado	
	2012	2011	2012	2011
Plano	6,6234	- 1,8766	9,6001	4,3407
Renda Fixa	6,1558	4,5223	9,6001	4,3407
Renda Variável		- 13,7629		
Empréstimos a Participantes	12,6799	6,9581		
Imóveis	65,9418	2,9081		

6. Responsável pela Gestão dos Recursos

Antonio de Alencar Vieira
Diretor Superintendente e Financeiro
CPF 001.538.853 - 00

7. DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO 3792 DO CMN DE 24/09/2009.

Não há desenquadramentos nem inobservâncias à Resolução 3792/2009 CMN